



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TutPrv no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1917854 - RO (2021/0201084-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A
ADVOGADOS : CLAYTON CONRAT KUSSLER - RO003861
MARCELO FERREIRA CAMPOS - SP237613
LUCIANA SALES NASCIMENTO - RO005082
FRANCISCO LUIS NANSI FLUMINHAN - RO008011
REQUERIDO : FRANCISCO SOLANO MELO ARAÚJO
ADVOGADO : ANTONIO DE CASTRO ALVES JÚNIOR - RO002811

DECISÃO

Cuida-se de pedido de efeito suspensivo apresentado na petição de agravo em recurso especial interposto por SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

O agravante alega que "o recurso especial apresentado aponta para a interpretação equivocada da Corte recorrida, frente às disposições supra destacadas diversa daquela dada por esse E. Superior Tribunal de Justiça" (fl. 3.603).

Requer a atribuição do efeito suspensivo ao agravo em recurso especial, tendo em vista que "o andamento do feito na origem implicará, certamente, o dispêndio de custos financeiros, visto que poderá ensejar o cumprimento de sentença pelos danos materiais pelo imóvel do autor" (fl. 3.603).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Preliminarmente, resalto não ser possível, em regra, a concessão de efeito suspensivo a recurso especial não admitido na origem. A propósito, confirmam-se os

seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL. MEDIDA CAUTELAR. EFEITOS SUSPENSIVO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. *FUMUS BONI IURIS* NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A concessão de efeito suspensivo a recurso especial cujo seguimento foi indeferido na origem somente se justifica, em caráter excepcional, se demonstrada forte possibilidade de êxito do recurso, associada ao *periculum in mora*, circunstâncias não evidenciadas no caso em exame. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg na MC 18.760/SP, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 15/10/2012.)

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO. AÇÃO RESCISÓRIA (ART. 966, VIII, § 2º, DO CPC/2015). ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA (ART. 300 DO CPC/2015). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE *PERICULUM IN MORA*. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. 1. Em preliminar, cumpre receber o pedido de reconsideração como agravo regimental. 2. Na hipótese em análise, o requerente busca a concessão de tutela de urgência nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil de 2015 para que sejam suspensos os processos de execução do julgado que visa rescindir por meio da ação rescisória. A propósito, sustenta a plausibilidade do direito invocado na ação rescisória e a existência de prejuízo irreversível inerente à continuidade dos processos de execução. 3. O artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015 exige para a concessão da tutela de urgência a presença cumulativa dos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, sendo que a ausência de qualquer dos requisitos referidos obsta a referida pretensão. 4. Ademais, impende destacar que o ajuizamento de ação rescisória não impede o prosseguimento da decisão que visa ser rescindida, nos termos do artigo 966 Código de Processo Civil de 2015: "A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória." 5. O requerente, entretanto, não comprovou o *periculum in mora*, apto a determinar a suspensão da execução do julgado. A simples alegação no sentido de que os valores executados equivalem a mais de oitenta por cento do valor de sua folha de pagamento pessoal, isso num momento terrível por que passa a economia do país" (fl. 129 e-STJ), não é suficiente para comprovar o referido requisito, principalmente quando não apresentado nenhum documento que comprove tais alegações. Não obstante, como cediço, a alegação da ocorrência de atos de execução do julgado, por si só, não é suficiente para a configuração de risco de dano jurídico irreversível. 6. Agravo interno não provido. (RCD na AR 5.879/SE, de minha relatoria, Primeira Seção, DJe de 8/11/2016.)

Na espécie, o agravante não apresentou justificativa que convencesse quanto à necessidade de afastar a regra e deferir o pedido de efeito suspensivo requerido na petição de fls. 3.601-3.605.

Ante o exposto, diante da total ausência de preenchimento dos requisitos do art. 300 do CPC, indefiro o pedido de efeito suspensivo.

Distribua-se o processo, em razão de a hipótese dos autos não se enquadrar nas atribuições da Presidência, previstas no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente